



Queiroga recua, mas vacina em criança só com prescrição

Mais cedo, ministro havia dito que "os óbitos em crianças estão em patamar que não implica em decisões emergenciais"

» MARIA EDUARDA CARDIM

Apesar de parecer menos-prezador mais uma vez as mortes por covid-19 de crianças no Brasil, chegando a dizer ontem que "os óbitos estão em patamar que não implica em decisões emergenciais", o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, recuou, encerrando o dia garantindo que o governo federal irá recomendar a autorização da vacinação de crianças de 5 a 11 anos de idade com a Pfizer desde que haja prescrição médica para receber o imunizante. A imunização do público infantil também não será compulsória e dependerá da vontade dos pais. Segundo ele, uma vez aprovada a orientação da pasta em avaliação final, prevista para 5 de janeiro, a aplicação de doses no grupo ocorrerá "em curto prazo".

O documento em que a pasta orienta a vacinação mediante prescrição médica foi disponibilizado nessa quinta-feira para consulta pública. "Ele recomenda o uso da vacina da Pfizer nessa versão aprovada pela Anvisa. A nossa recomendação é que essa vacina não seja aplicada de forma compulsória. Ou seja, depende da vontade dos pais. Os pais são livres para levar os seus filhos para receber essa vacina. E essa vacina estará vinculada à prescrição médica. A recomendação obedece a todas as orientações da Anvisa", disse Queiroga em conversa com jornalistas.

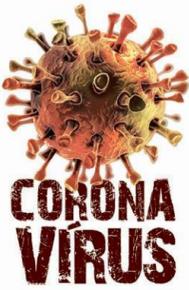
Em outro momento, o ministro indicou a necessidade da assinatura de um termo de consentimento para a vacinação da faixa etária. "Nós estamos deixando as famílias tranquilas para que elas possam livremente optar por vacinar ou não seus filhos após a orientação do médico e a assinatura de um termo de consentimento livre esclarecido", completou.

Depois que a recomendação passar pela consulta e audiências públicas, Queiroga garantiu que pode iniciar a campanha de vacinação "em curto prazo". "Esperamos as contribuições da sociedade, mas, de antemão, para deixar todos tranquilos, uma vez decidida pela aprovação dessa regra, que o grupo da Secovid

Myke Sena/Ministério da Saúde



Pasta comandada por Queiroga abriu ontem consulta pública para avaliar inclusão do público infantil na campanha vacinal



trabalhou, nós já temos condições de começar essa vacinação dentro de uma prazo bastante curto", disse, sem indicar quando prevê o início da aplicação do grupo.

Segundo o ministro, o novo contrato do Ministério da Saúde com a Pfizer, assinado em novembro, que prevê a entrega de 100 milhões de doses, inclui vacinas para todas as faixas etárias inseridas na campanha de vacinação contra a covid-19 do Plano Nacional de Imunizações (PNI). Para Queiroga, o tempo entre a aprovação final da vacinação das crianças, marcada para o próximo dia 5, e o início da campanha "é tempo suficiente para que as salas de vacinação se preparem para a aplicação".

Ao dar o aval à vacina da Pfizer para crianças, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou a necessidade

da elaboração de material e treinamento para evitar erros, já que a vacina da farmacêutica utilizada no público pediátrico é diferente do imunizante usado em adultos e adolescentes no país.

Postura

Apesar de adotar uma postura para "tranquilizar" as famílias, ontem, mais cedo o cardiologista reforçou não ter pressa para começar a vacinação já que "os óbitos em crianças estão absolutamente dentro de um patamar que não implica em decisões emergenciais". A fala foi duramente criticada por governadores e parlamentares.

A falta de urgência, segundo ele, "favorece que o ministério possa tomar uma decisão baseada na evidência científica de qualidade, na questão da segurança, na questão da eficácia e da efetividade".

Vale destacar que tanto a qualidade quanto a segurança, a eficácia e a efetividade da vacina contra o novo coronavírus da Pfizer para crianças foram atestadas pela Anvisa, em 16 de dezembro.

Alfredo Filho/SECOM



» Bahia não terá carnaval, diz governador

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou, ontem, que é "impossível" realizar o carnaval de rua em 2022. À imprensa, durante a inauguração de um hospital, disse que "só uma pessoa completamente irresponsável autorizaria carnaval nessas condições". "Continuamos tendo mortes do coronavírus e passamos a ter morte do outro vírus, da gripe", declarou. A Bahia tem dois óbitos (idosos de 80 e 84 anos, de Salvador) confirmados para H3N2, além de 185 casos até terça-feira, segundo a Secretaria da Saúde, dos quais 61 necessitaram de hospitalização. Ao menos 10 estados brasileiros estão com surtos de influenza. Na cidade de São Paulo, as desistências dos blocos de rua foram publicadas no *Diário Oficial*. Apesar dos cancelamentos, a cidade está com 524 cortejos autorizados. A Prefeitura tem destacado que a decisão será da área da Saúde, e há a expectativa de anúncio até o fim do mês.

Conecte SUS volta após 13 dias fora do ar

O Ministério da Saúde restabeleceu, na noite de ontem, o aplicativo Conecte SUS, que estava fora do ar há 13 dias, desde 10 de dezembro, quando diferentes sistemas da pasta sofreram um ataque hacker. Alguns deles começaram a retornar na terça-feira, como foi o caso do sistema de registro de casos e mortes por covid-19, o E-SUS Notifica.

Nessa quinta, foi a vez do Conecte SUS, aplicativo no qual os brasileiros podem encontrar o comprovante de vacinação contra a covid-19. No entanto, a pasta informou que os usuários ainda podem enfrentar instabilidade na emissão do certificado nacional de vacinação "em razão do volume dos acessos".

A volta do funcionamento do aplicativo estava prevista para acontecer na quarta, como anunciado pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Alguns usuários relataram ao *Correio* que o sistema voltou a mostrar o comprovante vacinal e ensaiou um retorno.

A indisponibilidade do app fez com o que o governo federal adiasse o início da exigência do comprovante de vacinação para viajantes que entram no Brasil. No entanto, mesmo sem restabelecer o sistema, o Ministério da Saúde, em conjunto com outras pastas, publicou a portaria que estabelece a regra para entrada no país.

Queiroga ressaltou o restabelecimento do aplicativo. "É uma importância que nós só conseguimos mensurar quando perdemos esse serviço. Fomos vítimas de hackers, são criminosos. Estamos trabalhando junto com a Polícia Federal para identificar essas pessoas e puni-las", disse ontem em conversa com jornalistas.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República está investigando indícios de que o responsável pelos ataques acessou os sistemas do governo com login e senha de um servidor do Executivo. A informação foi divulgada em um alerta emitido a todos as pastas. (MEC)

» Entrevista | RENATO KFOURI | PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE IMUNIZAÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP)

Consulta pública "quer dar voz aos negacionistas"

» GABRIELA CHABALGOITY*

Nem mesmo o aval para a vacinação contra a covid-19 de crianças de 5 a 11 anos dado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a recomendação da Câmara Técnica de Assessoramento em Imunizações da Covid-19 (CTAI Covid-19) foram suficientes para que o governo federal incluisse a faixa etária no Plano Nacional de Imunização (PNI). A vacinação desse grupo passa por uma consulta pública, aberta pelo Ministério da Saúde, até o dia 2 de janeiro.

Na opinião do presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato

Kfour, a consulta pública "é uma medida protetória". Em entrevista ao *Correio*, ele destacou: "Nunca se consulta a população ou público leigo para decidir estratégia de vacinação. É uma estratégia que quer dar voz aos negacionistas."

Além da aprovação feita pela Anvisa, na última terça-feira, entidades médicas divulgaram o parecer, encaminhado à agência, com posicionamento favorável à vacinação infantil contra o coronavírus por meio do imunizante da Pfizer. O documento foi entregue à Anvisa após ser assinado pela SBP, pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBI) e pela Sociedade Brasileira

de Infectologia (SBI).

Qual a importância da vacinação contra covid-19 de crianças?

Embora as crianças sejam proporcionalmente menos acometidas do que os adultos pelo vírus, não é desprezível a carga da doença na pediatria. São mais de 2,6 mil mortes nesses dois anos de pandemia, além de muitas hospitalizações, relatos de covid longa, sequelas, complicações tardias, como a síndrome inflamatória. Entre 5 e 11 anos, foram 300 óbitos, ou seja, o vírus provocou mais óbitos do que todas as doenças do calendário infantil. Temos que proteger essa população à medida que temos vacinas seguras.

Mas há riscos na vacinação?

A vacina da Pfizer é extremamente segura; já são quase 10 milhões de vacinas aplicadas no mundo, aprovada pela Anvisa e recomendada pelas sociedades científicas. Os dados dos Estados Unidos mostram, por exemplo, menos efeitos colaterais nesta faixa etária do que em adolescentes que já estão vacinados de 12 a 17 anos. É uma recomendação inequívoca das sociedades médicas e da Câmara Técnica.

Qual é a melhor saída para conter a ômicron e caminhar para o fim da pandemia?

Quando você aumenta o número de vacinados na população, você diminui o risco de novas ondas da doença, pela ômicron ou por qualquer outra variante. Essa é uma das estratégias que o mundo está

utilizando: vacinar a maior parte da população, e isso inclui as crianças.

E o que o senhor pensa sobre a consulta pública realizada para avaliar a vacinação de crianças?

A consulta pública é uma medida protetória, ao meu ver. Nunca se consulta população ou público leigo para decidir estratégia de vacinação. É uma manobra que quer dar voz aos negacionistas. Além dessa desinformação da internet, o próprio governo cria insegurança na população e trabalha contra a vacinação. Felizmente, a população não tem dado ouvidos ao governo e a esses grupos antivacinas e tem comparecido à vacinação.

* Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

